

## Plenária da Fenajufe decidiu: **Dia 20 é dia de paralisação!**



Jornada de lutas foi aprovada consensualmente na 24ª Plenária da Fenajufe e aposta na unidade nacional da categoria; assembleia no dia 15 organiza participação de SP

Com a aprovação da resolução que dá a largada num calendário de lutas nacional pela aprovação de um novo Plano de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS), a diretoria do Sintrajud já retomou visitas aos locais de trabalho para conversar com os colegas e organizar a mobilização. A jornada de lutas também vai defender mais verbas para a assistência em saúde com isonomia entre servidores e juízes na distribuição do orçamento do auxílio e o pagamento retroativo imediato da parcela dos quintos autorizada pela Lei nº 14.687/2023.

A 24ª Plenária Nacional da Fenajufe definiu o dia 20 de junho

como Dia Nacional de Luta pelo PCCS, com paralisações e atos nos estados. Para reforçar a mobilização, haverá assembleias em todos os estados, e São Paulo realiza a sua no dia 15 de junho (sábado), às 14 horas, no auditório do Sindicato.

A plenária também indica a construção de uma greve nacional da categoria, se não houver avanços na negociação, para pressionar o Supremo Tribunal Federal e se contrapor à política fiscal do governo Lula/Alckmin. A diretoria do Sintrajud ressalta que nenhum dos planos conquistados anteriormente saiu sem greve nacional. É hora de ir à luta!

### A Plenária aprovou:

- Reafirmar a defesa da tabela com a sobreposição e da GAJ em 140%;
- Não aceitar propostas que condicionem o reajuste salarial a extinção de direitos;
- Não aceitar a criação de parcelas remuneratórias que subjuguem a categoria a avaliações de desempenho, pois salário não é discricionário;
- Defender a unidade na greve da categoria judiciária;
- Submeter às instâncias da categoria propostas que surjam na negociação com o STF, governo e parlamento.

### Assembleia Estadual

15 de junho (sábado) | 14 horas | No Sindicato

(Rua Antônio de Godói, 88, 15º andar, Centro)

Será assegurada a participação on-line, mas a diretoria reforça importância da atividade presencial e distribuirá kits da mobilização (faixas, cartazes, carta aberta à população) para os locais de trabalho. O transporte de servidores e servidoras de fora da capital será reembolsado.



Escaneie o QR  
Code para a sala da  
assembleia

# Dinheiro tem, a questão é para quem

A resolução da Plenária destaca que a União teve, só no mês de março deste ano, o maior volume de arrecadação desde o ano 2000. E o resultado do primeiro trimestre deste ano foi 13,06% superior ao de igual período do ano passado e a melhor arrecadação desde 1995 tanto para o mês de março como para o primeiro trimestre, segundo o próprio governo.

Mas se os servidores não entrarem em luta já, o novo PCCS corre o risco de ser barrado pelo 'novo' arcabouço fiscal e o "recesso branco" das eleições, quando vários deputados e senadores abandonam o Congresso Nacional para se candidatar ou apoiar apadrinhados políticos. E a política orçamentária aplicada no Judiciário Federal que privilegia a magistratura em detrimento do conjunto dos servidores.

Agora na greve da educação e dos auditores fiscais da Receita o ajuste fiscal está sendo o maior entrave colocado pelo governo Lula/Alckmin, que quer parcelar em três vezes uma recomposição que não repõe as perdas das categorias. Por isso as greves se estendem.

E não se pode dissociar o "ajuste fiscal" da remuneração da agiotagem da dívida pública. Estudo da Auditoria Cidadã da Dívida aponta que

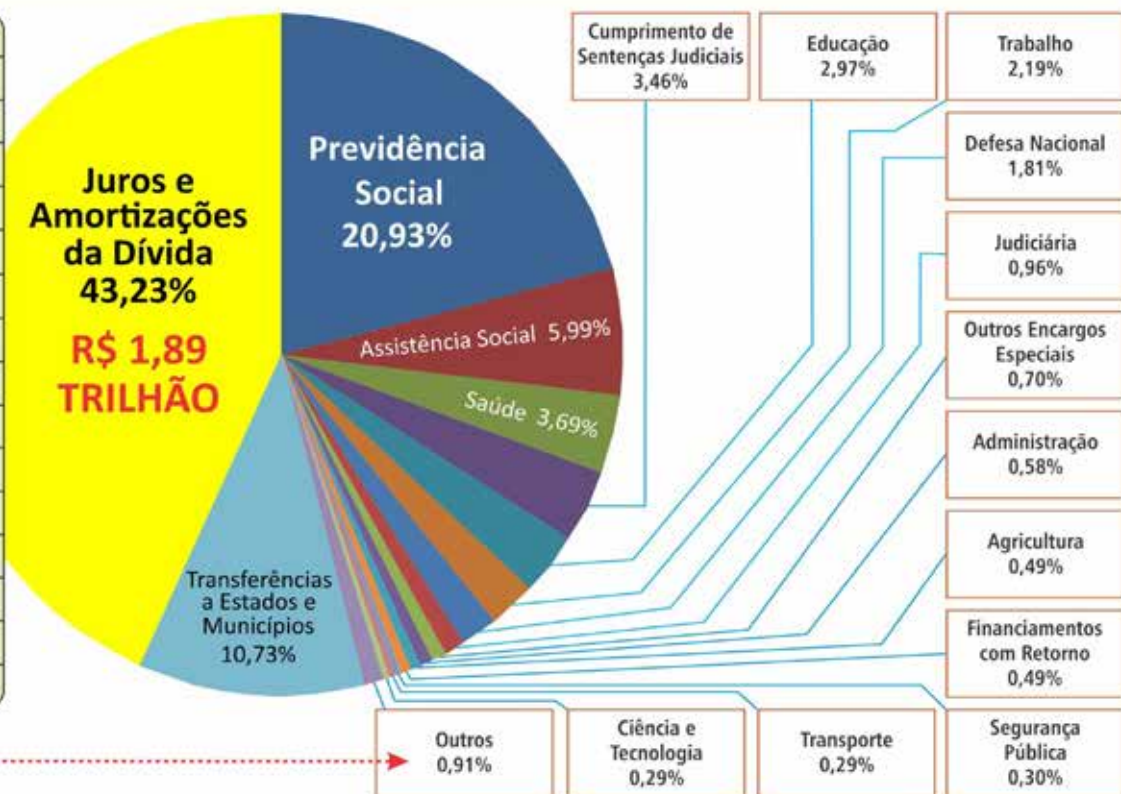
a União tem mais de R\$ 1 trilhão em caixa. O problema é que toda política de teto de gastos limita apenas o investimento em áreas sociais, mantendo a farra da dívida (veja o gráfico).

## Confira a tabela do anteprojeto



## Orçamento Federal Executado (pago) em 2023 = R\$ 4,36 TRILHÕES

OUTROS (%)	0,9110
Essencial à Justiça	0,2080
Legislativa	0,1820
Gestão Ambiental	0,0895
Relações Exteriores	0,0887
Organização Agrária	0,0596
Comunicações	0,0564
Cultura	0,0524
Comércio e Serviços	0,0477
Indústria	0,0446
Urbanismo	0,0275
Energia	0,0240
Direitos da Cidadania	0,0193
Desporto e Lazer	0,0080
Saneamento	0,0034
Habitação	0,0000



Fonte: Painel do Orçamento Federal - [www1.sisp.planjamento.gov.br/QuAAKZC/legendoc.htm?document=IA5N2FEexecucao\\_Orçamentaria.gov&host=QV5%40qa%04&ancymoujstrue&sheet=SH06](http://www1.sisp.planjamento.gov.br/QuAAKZC/legendoc.htm?document=IA5N2FEexecucao_Orçamentaria.gov&host=QV5%40qa%04&ancymoujstrue&sheet=SH06)  
 Elaboração: Auditoria Cidadã da Dívida. Consulta em 24/1/2024. Orçamento Fiscal e da Seguridade Social. Gráfico por Função, com exceção da Função "Encargos Especiais", que foi desmembrada em "Juros e Amortizações da Dívida" (GNDs 2 e 6); "Transferências a Estados e Municípios" (Programa 0903), "Cumprimento de Sentenças Judiciais" (Programa 0901), "Financiamentos com Retorno" (Programa 0902) e "Outros Encargos Especiais" (restante da função).